

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS - EDITAL 16/2013
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Administração, nas disciplinas PG 300 – Contabilidade Pública; PG 810 – Administração Financeira e Orçamentária Pública; GL 200 – Matemática Financeira e GL 602 – Gestão Financeira, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Formação: Graduação e/ou Doutorado em Contabilidade, Administração Pública ou áreas afins.

Experiência docente em nível de graduação e/ou pós-graduação, e experiência em pesquisa nas áreas de Administração Pública, Orçamento Público e/ou Políticas Públicas.

1.2.2. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

a) RTP – R\$ 1.592,14

- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas, presencialmente ou mediante procuração, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, situada à Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Santa Luiza, em Limeira, São Paulo.

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Área de Recursos Humanos da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Conselho Intercoordenações da Unidade, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a) prova específica (peso 1);
- b) prova de títulos (peso 2);
- c) prova de arguição (peso 1);
- d) prova didática (peso 1).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

- 5.3.1.** Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.
- 5.4.** Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.
- 5.4.1.** Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.
- 5.4.2.** Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.
- 5.5.** A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.
- 5.5.1.** A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.
- 5.5.2.** A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.
- 5.6.** As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.
- 5.7.** A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

- 6.1.** As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.
- 6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.
- 6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:
- ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital;
 - após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
 - serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
 - somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;

e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

- 9.4.1.** Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.
- 9.5.** A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.
- 9.6.** O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.
- 9.7.** Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documentos nele mencionado (item 3.2.d), entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas. Após este prazo, se não retirados, os memoriais e exemplares ou cópias de cada trabalho ou documentos nele mencionado poderão ser descartados.
- 9.8.** O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03.
- 9.8.1.** Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no site www.sg.unicamp.br ou junto à Área de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Aplicadas, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.
- 9.9.** Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I – Programas das Disciplinas

PG 300 – Contabilidade Pública

EMENTA

Função e objetivos da contabilidade pública. Objeto da Contabilidade pública. Patrimônio Público. Plano de contas. Operações econômicas do setor público. Princípios básicos de contabilidade. Contabilidade pública e orçamento público. Métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Demonstrações contábeis na área pública: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Balanço Social em entidades públicas.

OBJETIVOS

Compreender os conceitos centrais da contabilidade pública, com ênfase na interpretação e análise dos relatórios contábeis. O objetivo é tratar o estudante como um usuário da

contabilidade que está interessado em participar do processo decisório tomando por base os relatórios da contabilidade pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Entidades públicas

1. Conceito de entidade pública
2. Classificação dos serviços públicos
3. Quanto à competência para sua execução
4. Quanto a sua essencialidade
5. Quanto aos usuários
6. Quanto às formas e meios de prestação dos serviços públicos
7. Administração direta
8. Fundos especiais
9. Administração indireta
10. Autarquia
11. Empresa pública
12. Sociedade de economia mista
13. Fundação pública
14. Empresa estatal dependente

2. Contabilidade Pública

1. Conceito
2. Objeto da Contabilidade Pública
3. Abrangência
4. Principais Objetivos
5. Campo de Atuação
6. SIAFI e SIAFEM
7. Regime de caixa
8. Regime de competência
9. Regime misto
10. Regime Adotado no Brasil
11. Livros contábeis
12. Método de partidas dobradas

3. Sistemas Contábeis

1. Sistema Orçamentário
2. Sistema Financeiro
3. Sistema Patrimonial
4. Sistema de Compensação

4. Receita Pública

1. Conceito
2. Receita Orçamentária
3. Receita Extra Orçamentária

4. Estágios da Receita
5. Codificação da Receita
6. Outras Definições
7. Escrituração Contábil

5. Despesa Pública

1. Conceito
2. Despesa Orçamentária
3. Despesa Extra Orçamentária
4. Categorias Econômicas
5. Grupos de Natureza de Despesa
6. Elementos de Despesa
7. Estágios da Despesa
8. Escrituração Contábil

6. Restos a Pagar

1. Conceito
2. Aspectos Relevantes
3. Escrituração Contábil

7. Dívida Pública

1. Conceito
2. Dívida Fundada ou Consolidada
3. Dívida Flutuante
4. Quadro Comparativo
5. Escrituração Contábil

8. Patrimônio Público

1. Conceito
2. Estrutura do Patrimônio Público
3. Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivo
4. Consolidação do Patrimônio Público
5. Variações Patrimoniais

9. As Demonstrações Contábeis segundo a Lei 4.320/64

1. Convergência às Normas Internacionais
2. Balanço Orçamentário
3. Balanço Financeiro
4. Balanço Patrimonial
5. Demonstração das Variações Patrimoniais

10. Plano de Contas

1. Conceitos Iniciais
2. Formalidades do Registro Contábil

3. Relação de Contas
4. Tabela de Eventos
5. Plano Plurianual

11. Lei de Diretrizes Orçamentárias

1. Anexo de Metas Fiscais
2. Anexo de Riscos Fiscais
3. LDO – Passo a Passo
4. Lei Orçamentária Anual-LOA

12. Orçamento Público

1. Conceito
2. Funções do Orçamento
3. Execução Orçamentária
4. Princípios Orçamentários
5. Ciclo Orçamentário
6. Créditos Adicionais
7. Descentralização de Créditos

13.A Lei de Responsabilidade Fiscal

1. Conceito
2. Aspectos Relevantes
3. Relatórios Contábeis de Acordo com a LRF

14.Fiscalização e controle externo

1. Tribunais de contas
2. Competências constitucionais dos tribunais de contas
3. Competências legais dos tribunais de contas
4. Normas do Conselho Federal de Contabilidade

PG 810 - Administração Financeira e Orçamentária Pública

EMENTA

Teoria das finanças públicas. História das finanças públicas no Brasil. Sistema tributário brasileiro. Previdência social no Brasil. Sistema Federativo e descentralização. Elementos de reformas do estado. Dívida pública e necessidade de financiamento do setor público.

OBJETIVOS

- Estudar as teorias fundamentadoras das finanças públicas.
- Analisar a estrutura financeira nacional segundo as teorias apresentadas.
- Discutir a atuação dos administradores públicos nacionais na administração dos recursos públicos.
- Apresentar elementos básicos da dinâmica de funcionamento da administração financeira pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria das finanças públicas
 1. Política fiscal e funções do governo
 2. Teoria da tributação
 3. Gasto público
- História das finanças públicas no Brasil
 1. Estado e empresas estatais
 2. Finanças públicas antes de 1980
 3. Finanças públicas no regime de alta inflação e estabilização
 4. Finanças públicas no governo FHC
 5. Finanças públicas no governo Lula
- Sistema Tributário Brasileiro
 1. Composição da receita tributária
 2. Distribuição da receita tributária por níveis de governo
 3. Problemas e propostas da receita tributária
- Previdência social
 1. Histórico do sistema previdenciário brasileiro
 2. Problemas, mitos e as reformas
- Sistema Federativo
 1. Fundamentos teóricos da descentralização
 2. Evolução do sistema federativo
 3. Distribuição dos encargos e o controle do endividamento estadual e municipal
- Elementos de Reformas do Estado
- Dívida pública e necessidade de financiamento do setor público
 1. Dívida pública
 2. Financiamento do setor público

GL 200 – Matemática Financeira

EMENTA

Matemática financeira. Custos. Análise de investimentos. Noções de contabilidade.

OBJETIVOS

Apresentar e fornecer aos alunos os conceitos e instrumentos matemáticos que os permitam realizar os cálculos financeiros e as análises de investimento e financiamento necessários para tomada de decisões no âmbito econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – O VALOR DA MOEDA NO TEMPO

- conceito, funções e evolução histórica da moeda
- diagrama de fluxo de caixa
- capital, juros e taxa de juros
- regimes de capitalização

II - CAPITALIZAÇÃO SIMPLES

- cálculo do juro, do montante e do capital aplicado
- cálculo da taxa de juros e do número de períodos
- taxas proporcionais

III - CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA

- cálculo do valor presente e do valor futuro
- cálculo da taxa de juros e do número de períodos
- taxas equivalentes

IV - DESCONTO

- conceito e utilização
- desconto simples: racional e bancário
- desconto composto

V - INFLAÇÃO

- conceito e importância
- índice de preços e taxa de desvalorização da moeda
- taxa de juros: nominal e real

VI - SÉRIES DE PAGAMENTOS

- fluxos de caixa e séries de pagamentos
- séries iguais com termos vencidos: modelo padrão
- séries iguais com termos antecipados
- séries iguais com termos diferidos
- séries variáveis

VII - SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO

- sistema de amortização constante (SAC)
- sistema de amortização francês (SAF ou Tabela Price)
- sistema de amortização misto (SAM)
- sistema de amortização americano (SAA)
- análise comparativa dos sistemas de amortização

VIII - DECISÕES E ANÁLISES DE INVESTIMENTO

- valor presente líquido (VPL)
- taxa interna de retorno (TIR)
- índice de lucratividade (IL) e taxa de rentabilidade (TR)
- pay-back descontado
- operações financeiras realizadas no mercado

IX - Matemática Financeira e Aplicações Comerciais

- empréstimo para capital de giro
- estratégias de vendas
- estratégias de compras
- formação de preços e valor presente

GL 602 – Gestão Financeira

EMENTA

Sistema Financeiro Nacional. Valor e Orçamento de Capital. Gestão do capital circulante e da necessidade do capital de giro. Gestão de tesouraria. Papel do crédito. Administração do passivo circulante. Orçamento econômico financeiro. Projeções de receitas, custos e despesas. Orçamento de investimentos. VPL. Critérios de Avaliação de Investimento. Valor Presente Líquido. Taxa Interna de Retorno. Payback simples. Payback descontado. Estrutura de Capital. Políticas de dividendos. Custo do Capital próprio. Custo do capital de terceiros. Custo médio ponderado de capital (WACC).

OBJETIVOS

Analisar as teorias e práticas relacionadas com a gestão financeira de organizações. Apresentar as diferentes metodologias e tecnologias empregadas na gestão das finanças organizacionais, no desenvolvimento de previsões financeiras e no planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Valor e Orçamento de Capital

- a. Orçamento de Capital
- b. Avaliação de Projetos e Empresas
- c. Custo de capital

Risco

- d. Modelo de Precificação de Ativos (CAPM)

Financiamento de Longo Prazo

- e. Mercado Eficiente e Decisões de Financiamento
- f. Financiamento de Longo Prazo
- g. Lançamento de ações e debêntures
- h. Capital de Terceiros a Longo Prazo

Teorias de Estrutura de Capital

- i. Teorias de Estrutura de Capital
- j. Políticas de Dividendos

Planejamento Financeiro e Administração Financeira a Curto Prazo

- k. Administração do Capital de Giro
- l. Gestão de Caixa e Crédito

Tópicos Especiais

- m. Fusões e Aquisições

Anexo II - Bibliografia

IUDÍCIBUS, Sérgio de [ET AL] - CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA. : Ed. Atlas-SP, 2010.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. CONTABILIDADE PÚBLICA NO GOVERNO FEDERAL: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel. ED. Atlas-SP. 2ª edição, 2008.

ANGELICO, JOÃO. CONTABILIDADE PÚBLICA.: Ed. Atlas-SP, 2004. 8ª edição (1994)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

ANDRADE, Nilton de Aquino. CONTABILIDADE PÚBLICA NA GESTÃO MUNICIPAL. Ed. Atlas-SP. 4ª edição (2012).

ARAÚJO, I: Contabilidade Pública: da teoria à prática. Saraiva-SP, 2009

CHRISTIANNE CALADO V. DE MELO LOPES, JOSÉ CARLOS MARION E SERGIO DE IUDÍCIBUS. CURSO DE CONTABILIDADE PARA NÃO CONTADORES : - editora Atlas , 2006

IUDÍCIBUS, SÉGIO; MARION, JOSÉ CARLOS; DE FARIA, ANA CRISTINA. INTRODUÇÃO À TEORIA DA CONTABILIDADE. ATLAS-SP-2009.

MATIAS-PEREIRA, J. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MANUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS, Banco Central do Brasil
<<http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB>>.

ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas Aplicações. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIEIRA SOBRINHO, J.D. Matemática Financeira. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

CRESPO, A.A. Matemática Financeira Fácil. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

FARO, C. Fundamentos da Matemática Financeira: Uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimentos de risco. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

HASSAN, S.; POMPEO, J.N. Matemática financeira. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

PUCCINI, A.L. Matemática financeira: Objetiva e Aplicada. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BRIGHAM, GAPENSKI, ERHARDT. Administração Financeira: Teoria e Prática. 10 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. Administração Financeira. 8ª Ed., São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

BREALEY, MYERS, ALLEN. Princípios de Finanças Corporativas. 8 ed., São Paulo: McGrawHill, 2008.

GALVÃO, A. M. (org.) Finanças Corporativas: Teoria e Prática Empresarial do Brasil. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GRINBLATT, Mark; TITMAN, Sheridan. Mercados Financeiros e Estratégia Corporativa. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.